

Atitudes Sociais dos Portugueses

Boletim de divulgação nº3

Janeiro 2001

As orientações dos portugueses perante as desigualdades sociais numa perspectiva comparativa e internacional

A questão das desigualdades sociais – sejam estas de natureza económica, espacial, religiosa, étnica, sexual ou qualquer outra, isolada ou cumulativamente – constitui um tópico recorrente das ciências sociais desde os seus inícios. Pode dizer-se que não há teoria social que não lhe conceda um capítulo mais ou menos importante, constituindo o papel atribuído às desigualdades um factor significativo de diferenciação entre as diversas teorias que procuram dar conta da estrutura, funcionamento e evolução dos sistemas sociais.

Num plano mais geral, pode mesmo afirmar-se que a maior ou menor sensibilidade às desigualdades sociais serve de *pedra de toque* a quase todos os discursos e práticas morais e, conseqüentemente, políticos. Pelo menos na área geo-cultural em que Portugal se insere, as atitudes individuais e colectivas perante as diferenças de recursos materiais e/ou simbólicos, que empiricamente se observam entre pessoas e grupos de pessoas em todas as sociedades, constitui há muito um dos principais códigos de diferenciação e orientação ética e política.

Sendo assim, não é de estranhar que, para além da descrição e análise quantitativas das desigualdades existentes, nomeadamente as

desigualdades económicas¹, a sociologia empírica tenha procedido, de há muito, a inquéritos sobre as atitudes sociais perante essas desigualdades, procurando não só identificar os caracteres sócio-demográficos que contribuem para explicar eventuais diferenças de atitude perante as desigualdades, como medir também o eventual impacto – imediato ou mediato – de tais atitudes sobre os posicionamentos políticos e ideológicos dos inquiridos.

São estas complexas dimensões do fenómeno das desigualdades sociais que se pretendeu cobrir com o inquérito promovido em 1999, em mais de 30 países, pela rede do International Social Survey Programme, à qual o ICS aderiu em 1997, e cujos resultados relativos à sociedade portuguesa e a outros quatro países hoje divulgamos, a fim de permitir à comunidade científica portuguesa, bem como à comunicação social e ao público em geral, tomarem conhecimento deles.

O inquérito desdobra-se num amplo conjunto de dimensões analíticas referentes às orientações perante as desigualdades sociais, fornecendo sempre dois ou mais indicadores para cada uma delas.

De forma sucinta, seleccionámos alguns resultados nacionais que pensamos serem de interesse para um público alargado.

¹ Ver por todos Amartya Sen, *On Economic Inequality*. Enlarged edition with a substantial annexe "On Economic Inequality after Quarter Century", Oxford: Clarendon Press, 1997.

Simultaneamente, apresentamos as comparações mais relevantes feitas com quatro outros países escolhidos, segundo critérios de representatividade, pelas suas semelhanças e diferenças sociais com Portugal: Canadá, Espanha, República Checa e Suécia.

Factores de ascensão social

Entre as dimensões analíticas do inquérito destaca-se a dimensão dos *factores de ascensão social* percebidos pelos inquiridos, no pressuposto teórico de que as pessoas que concebem as “regras do jogo” da ascensão social com base nos esforços e realizações individuais tenderão a considerar as desigualdades sociais como legítimas, enquanto aquelas que concebem tais “regras” com base nas estruturas e relações sociais tenderão a considerar essas mesmas desigualdades como ilegítimas.

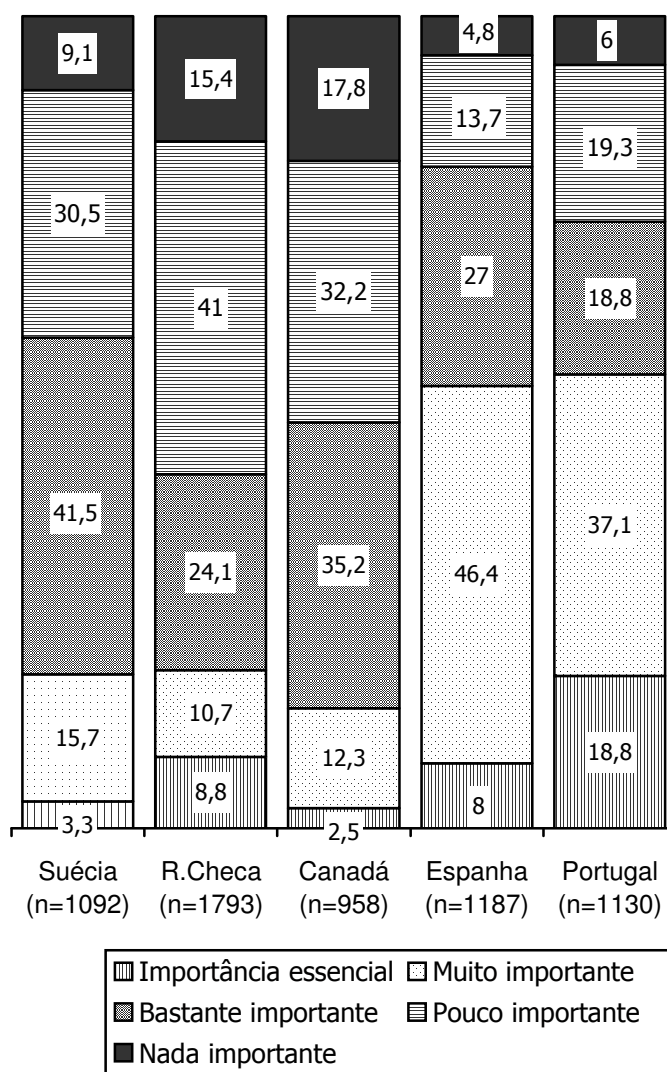
No Quadro nº1, salta à vista que, neste conjunto de países, os Portugueses se encontram entre aqueles que mais importância atribuem às origens sociais como factor para “subir na vida”, acompanhados apenas pelos Espanhóis. São os Portugueses, em todo o caso, os mais numerosos a considerar que é “**essencial** pertencer a uma família favorecida” para ter êxito. Em compensação, são os Espanhóis quem mais recusa a ideia de que a origem social pouca ou nenhuma importância tem para “subirem na vida”.

De acordo com o que se conhece das sociedades norte-americanas, confirma-se que os Canadianos atribuem menos importância do que os Europeus a este factor de ascensão social, dividindo-se exactamente a meio perante a questão colocada.

Confirmando também aquilo que se sabe a respeito da evolução recente das sociedades pós-comunistas da Europa de Leste, verifica-se que os Checos se encontram entre os que menos importância atribuem às origens sociais – efectivamente, alteradas pelo seu antigo regime político – enquanto factor de êxito na vida.

Finalmente, os Suecos situam-se numa posição intermédia perante as outras sociedades retidas para esta comparação, inclinando-se todavia, como os Portugueses e os Espanhóis, para atribuírem marcada importância às origens sociais como factor de ascensão.

Gráfico nº1
Importância de pertencer a uma família favorecida para subir na vida (%)



Funções atribuídas às desigualdades sociais

Conexa a esta, outra dimensão diz respeito às *funções atribuídas às desigualdades sociais* através das quais são articulados – ou não – os discursos que as legitimam. É assim medido o grau de adesão à alegada funcionalidade das desigualdades como incentivos ao trabalho, ao estudo e ao crescimento económico, em confronto com as explicações sociais fornecidas para a persistência de tais desigualdades.

No gráfico nº2 podemos observar as respostas dadas nos cinco países sobre a importância das desigualdades enquanto incentivo ao prosseguimento dos estudos. Embora em todos os países a maioria dos inquiridos considerem que as desigualdades nas remunerações são um incentivo ao estudo, é em Portugal e em Espanha que tal situação reúne maior grau de concordância, sendo portanto comum aos dois países ibéricos a aparente contradição entre esta *orientação meritocrática* perante as desigualdade e a *orientação igualitária* expressa em relação à maior parte das outras questões que também lhes foram colocadas.

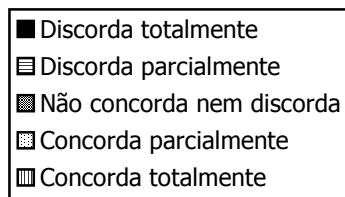
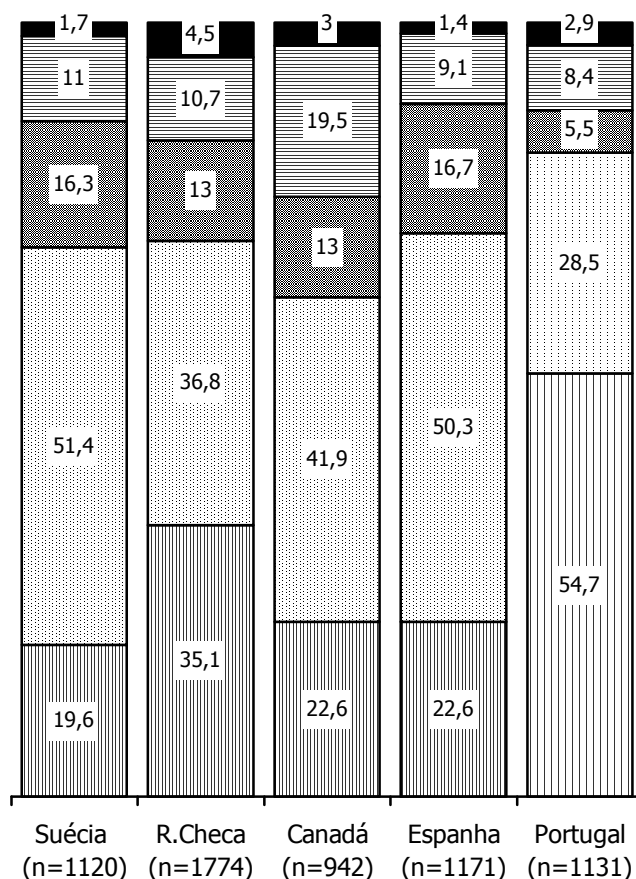
Percepções das desigualdades efectivas do sistema de remunerações em contraste com as desigualdades remuneratórias aceites ou toleradas

Outra dimensão amplamente estudada neste inquérito é a que se refere às *percepções das desigualdades efectivas do sistema de remunerações* em contraste com *as desigualdades remuneratórias aceites ou toleradas* pelos inquiridos.

O objectivo deste conjunto de indicadores reside em aferir, de forma precisa, as percepções das desigualdades de rendimentos – efectivas e legitimadas – entre grupos socio-profissionais, confrontando as remunerações que os inquiridos crêem ser auferidas por esses diferentes grupos e aquelas que acham que eles deveriam ganhar.

Gráfico nº2

“Ninguém estudaria tantos anos para ser advogado ou médico se não pensasse que viria a ganhar mais dinheiro do que a maior parte dos trabalhadores” (%)

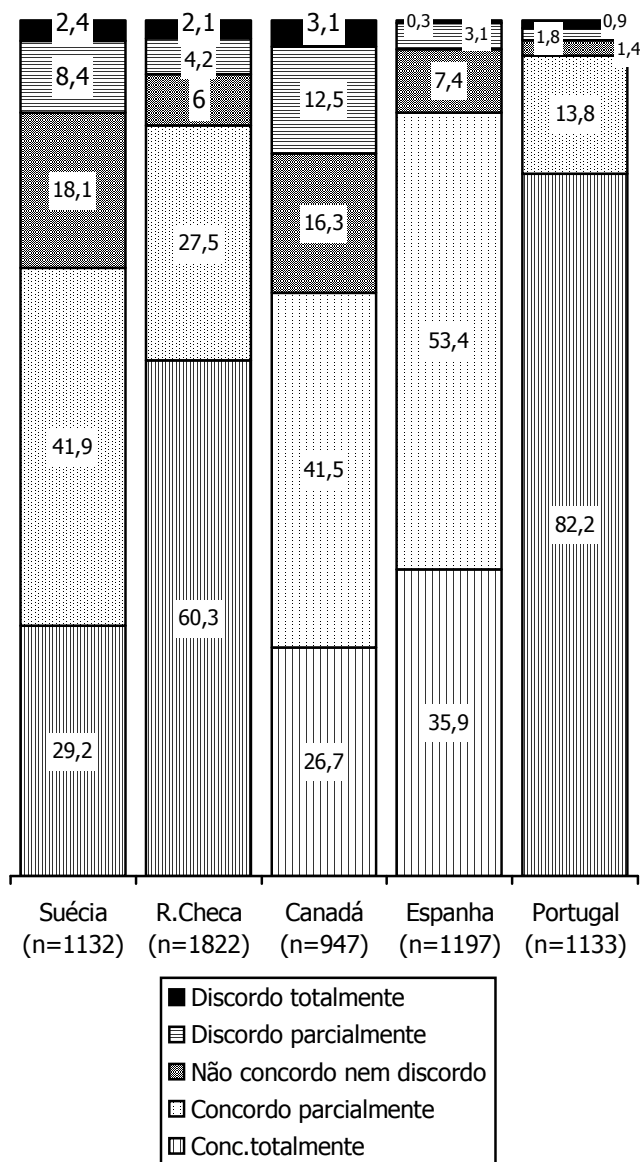


As diferenças de rendimentos

Para cada país, os inquiridos foram questionados sobre a existência ou não de grandes diferenças de rendimento. As respostas são apresentadas no gráfico nº3. Portugal surge claramente destacado nesta matéria: 96% dos entrevistados concordam totalmente (82,2%) ou parcialmente (13,8%) com a afirmação. Só na República Checa se regista uma percepção da desigualdade de rendimentos parecida: 87,8%. Pelo contrário, é na Suécia (70,1%) e no Canadá (67,2%) que as desigualdades serão menos fortes, segundo os entrevistados, o que coincide aliás com a informação disponível acerca da distribuição de rendimentos nestes países.

Gráfico nº 3

"No seu país, as diferenças de rendimento são muito grandes?" (%)



Se nos centramos na "concordância total", a Espanha ocupa uma posição intermédia. Note-se que existe em todos os países, uma maioria de inquiridos que considera muito grandes as diferenças de rendimento nas respectivas sociedades, o que aponta no sentido de as diferenças entre países serem, segundo os inquiridos, sobretudo diferenças de grau e não de natureza.

Papel das políticas governamentais

Outra dimensão estudada é o *papel das políticas governamentais* na eventual redução das desigualdades de rendimentos, medindo o grau de apoio, em cada sociedade, às políticas redistributivas do Estado.

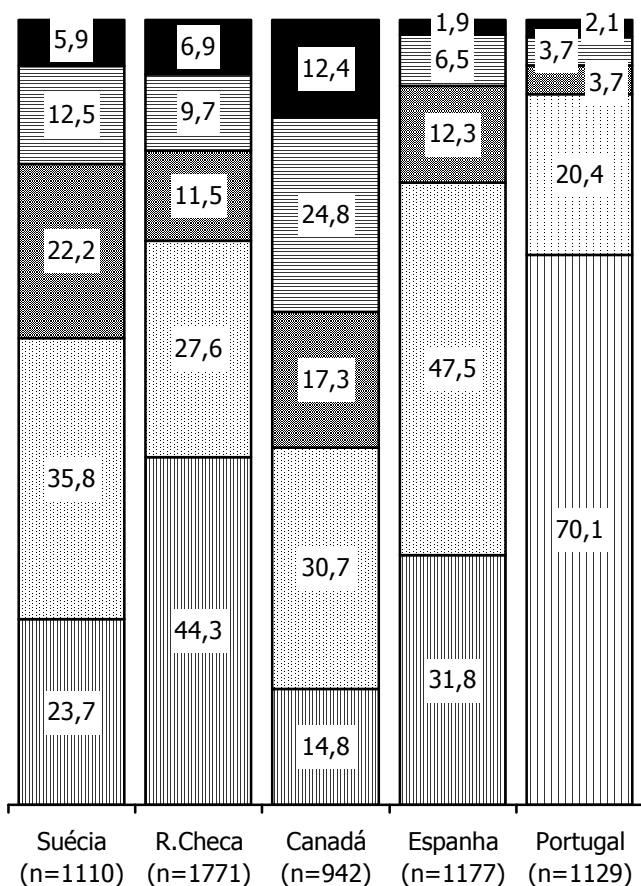
Directamente relacionada com esta dimensão, são também inquiridas as atitudes perante o *papel dos impostos* na correcção dessas mesmas desigualdades. Na mesma ordem dimensional, inscrevem-se os indicadores relativos à equidade global da distribuição de recursos entre países ricos e pobres.

Todo este conjunto de indicadores aponta, por seu turno, para a análise dos posicionamentos ideológicos e dos comportamentos eleitorais em função das atitudes relativas às disputas políticas em torno do *estado-providência* e do sistema fiscal enquanto eventuais correctores das desigualdades sociais e económicas intra e internacionais.

Em relação a esta questão, é em Portugal que o papel do Estado na redução das diferenças de rendimento recebe maior apoio: 70,1% dos inquiridos concordam totalmente com a ideia de que o Estado tem, efectivamente, essa responsabilidade (gráfico nº4). Embora longe da adesão que tem em Portugal, esta opinião recolhe maior apoio na República Checa (44,3%) e em Espanha (31,8%). Mais uma vez, deve notar-se que, excepto no Canadá, a ideia de que o governo tem a responsabilidade de reduzir as diferenças de rendimento recolhe apoio maioritário dos inquiridos em todos os países. Ou seja, excluindo o Canadá, as diferenças entre os outros países são sobretudo de grau e não de natureza.

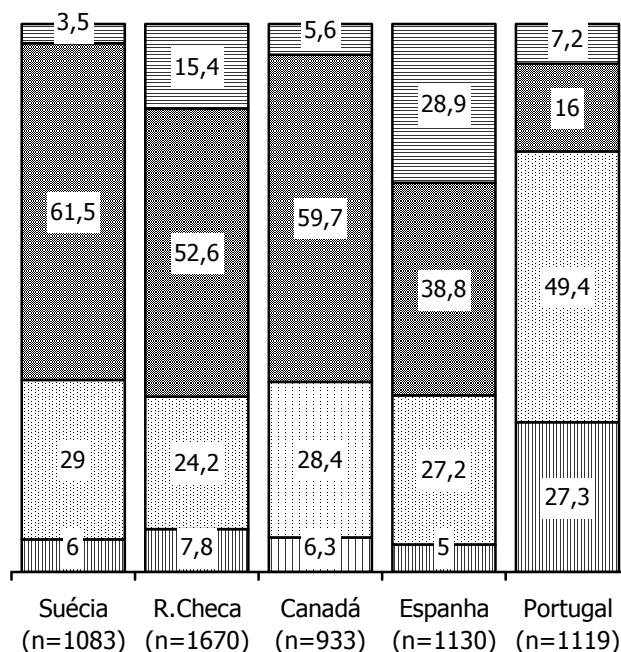
Gráfico nº 4

“O Governo tem a responsabilidade de diminuir as diferenças de rendimento entre as pessoas com rendimentos altos e as que têm rendimentos baixos” (%)



Desigualdades sociais e conflitualidade social

Outra dimensão estudada diz respeito às relações entre *as desigualdades e a conflitualidade social*, através das quais é possível quantificar a distribuição das atitudes dos inquiridos perante vários tipos de conflitos com origem nas desigualdades sociais. Correlativamente, são



inquiridas as percepções sobre a *movilidade inter e intrageracional* dos indivíduos, no duplo pressuposto de que a percepção de uma elevada mobilidade ascendente tenderá a atenuar a sensibilidade à conflitualidade social e a legitimar, por assim dizer, as desigualdades.

Gráfico nº5

“Em todos os países há diferenças, e mesmo conflitos, entre grupos sociais. No seu país, como acha que são os conflitos entre ricos e pobres” (%)

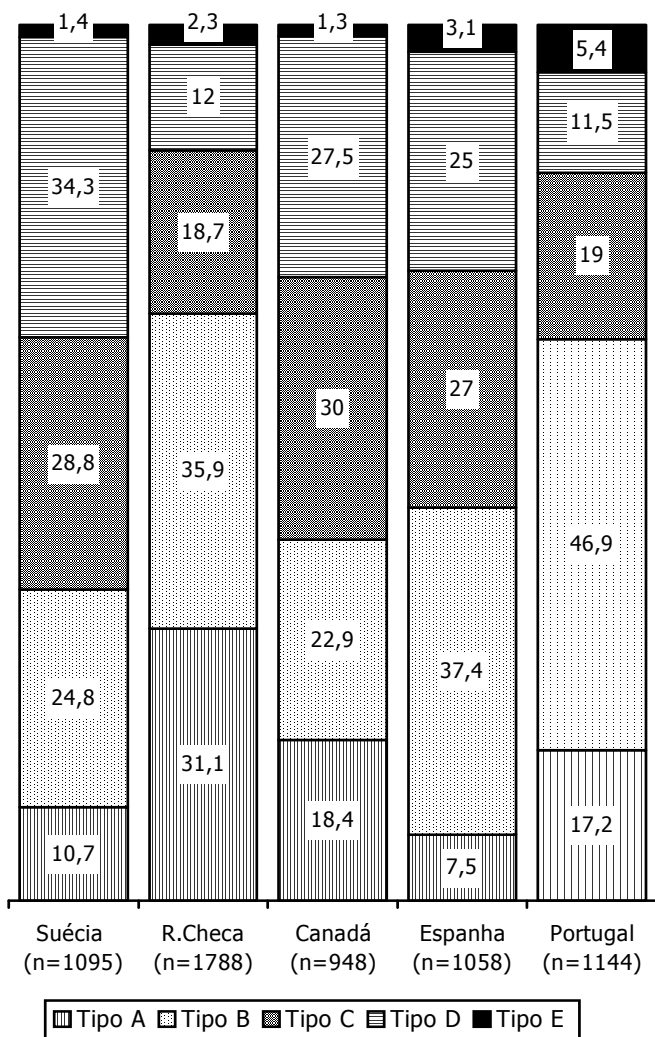
Quanto à percepção das diferenças e conflitos entre ricos e pobres, os Portugueses são de novo os que maior importância lhes atribuem. As diferenças entre os outros países têm, com efeito, muito menor relevo do que aquela que separa Portugal das outras sociedades. Contudo, o inquérito permite também adiantar que esta aguda percepção das desigualdades e da conflitualidade sociais tem muito pouca tradução nas atitudes e comportamentos políticos da maioria da população portuguesa.

Em relação à pergunta sobre qual a figura que melhor representa o país de cada inquirido, podemos verificar que em Portugal (46,9%), Espanha (37,4%) e República Checa (35,9%) a figura mais escolhida (Tipo B) é aquela que representa o segundo tipo de sociedade mais inegalitória do conjunto de cinco figuras propostas (Tipo A a E).

Na Suécia (Tipo D) e no Canadá (Tipo C) as figuras mais escolhidas apontam para sociedades de perfil mais igualitário do que aquela que foi maioritariamente escolhida nos outros três países, sobretudo no caso da Suécia.

Gráfico nº6

“Qual a figura que melhor representa a sociedade do seu país?”



Por último, a fim de estudar a distribuição da população portuguesa perante todos estes indicadores, o inquérito contém um pormenorizado módulo internacional de variáveis sócio-demográficas, bem como alguns indicadores relativos às atitudes políticas dos inquiridos

Concluindo

Os portugueses apresentam uma forte percepção de que vivem numa sociedade caracterizada por fortes desigualdades sociais e forte conflitualidade social, comparativamente falando. Por outro lado, contraditoriamente, nos cinco países analisados Portugal está entre aqueles em que existem mais inquiridos apoiando a necessidade de fortes desigualdades nas remunerações como forma de incentivo ao estudo. Talvez por causa destas contradições nas atitudes dos portugueses, o forte apoio à intervenção do estado na redução das diferenças de rendimentos entre “ricos” e “pobres” tenha uma reduzida tradução em termos político-eleitorais.

ASP

Atitudes Sociais dos Portugueses

Coordenação Geral

Manuel Villaverde Cabral
Jorge Vala

Coordenação ASP99

Manuel Villaverde Cabral

Colaboradores em 1999

Manuel Villaverde Cabral
Elísio Estanque
Sérgio Faria
André Freire
José Manuel Mendes
Jorge Vala
José Manuel Leite Viegas

Secretariado Científico

Alice Ramos
André Freire

Patrocínio

Fundação para a Ciência e Tecnologia

PUBLICAÇÕES

Bases de Dados

Atitudes Sociais dos Portugueses

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Ed. ISCTE, Ala Sul, 1º - 1600 Lisboa

Tel: 21 7995000

Fax: 21 7964953

E-mail: alice.ramos@ics.ul.pt; andre.freire@iscte.pt

